

Da crise do capital à alternativa hegemônica do trabalho

(sobre *O poder da ideologia*, de István Mészáros)

Rodrigo Dantas**

*Professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília e
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A característica definidora fundamental de nossa época, em contraste com as fases anteriores dos desenvolvimentos capitalistas, é vivermos nas perigosas contradições da **crise estrutural do sistema do capital como um todo**¹. Diferentemente das crises conjunturais do capitalismo, que puderam até aqui ser enfrentadas e superadas, a crise estrutural do sistema de metabolismo social do capital ativa suas contradições e limites estruturais absolutos e coloca em questão a viabilidade do sistema como um todo, com conseqüências potencialmente catastróficas, colocando em risco, pela primeira vez na história, o próprio futuro da humanidade.

Como já havia demonstrado Marx, a lógica inerentemente expansionista, antagônica e contraditória do sistema de metabolismo social do capital tende a subordinar, ao longo de seu desenvolvimento histórico, todos os processos produtivos e reprodutivos

¹ MÉSZÁROS, István, *O poder da ideologia*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2004. p. 16.

da vida da espécie humana aos imperativos da reprodução ampliada do capital. Mészáros, mais de cem anos depois², atualiza a poderosa análise de Marx para construir o quadro compreensivo da *crise estrutural do sistema do capital como um todo*, demonstrando exemplarmente que a ativação cada vez mais perigosa das contradições e limites estruturais do sistema de metabolismo social do capital não poderá ser superada historicamente dentro dos parâmetros estruturais de uma ordem que aliena despoticamente todos os processos produtivos, reprodutivos e decisórios aos imperativos insustentáveis, incontroláveis e eminentemente auto-destrutivos da reprodução planetária da “subjetividade única e global do capital” (Marx) – o que, para Mészáros, coloca na ordem do dia o desafio central para a humanidade no século XXI: a necessária socialização do poder político e de todos os aspectos da produção e da reprodução social pela construção histórica da alternativa hegemônica do trabalho em escala mundial, na perspectiva de um sistema de metabolismo social sustentável e controlável em seus próprios termos, em que o planejamento e o controle auto-gestionário do processo de reprodução sócio-metabólica pelos produtores livremente associados, mais do que uma necessidade, impõe-se como um imperativo de sobrevivência para a humanidade.

Na impossibilidade de expor, aqui, as múltiplas dimensões dialeticamente articuladas da crise estrutural do sistema do capital na obra de Mészáros, é essencial apresentar ao menos duas dimensões centrais em sua análise, que evidenciam a ativação de limites e contradições estruturais absolutas que não podem ser superadas nos marcos da ordem do capital:

- a) Antes de tudo, deveríamos ser capazes de reconhecer que os padrões de produção e consumo de mercadorias em escala global, regidos pelos imperativos expansionistas da reprodução ampliada do capital, não são viáveis nem sustentáveis se consideramos os limites absolutos da natureza: estamos nes-

² Para uma análise da crise estrutural do sistema do capital, vide MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Boitempo Editorial. São Paulo. 2002.

se ponto diante de uma determinação objetiva inexorável, que indica claramente a existência de limites estruturais absolutos para o desenvolvimento histórico do sistema de metabolismo social do capital. Mais do que isso, a esta altura deveríamos poder reconhecer que os efeitos cumulativos da dinâmica estruturalmente predatória, expansionista, insustentável e incontrolável da produção e do consumo capitalista de mercadorias em escala global nos colocam no limiar de uma crise ecológica sem precedentes, com a degradação cada vez mais grave das bases naturais e das condições mais elementares de reprodução social da vida humana afetando as maiorias vulneráveis da população mundial e comprometendo o complexo de condições vitais que, formado ao longo de milhões de anos, permitiu o florescimento de toda a riqueza de formas de vida que se desenvolveram em nosso planeta. Num quadro de urgência como esse, o fracasso clamoroso, previsível e inevitável de todas as tentativas de introduzir corretivos e controles, dentro dos parâmetros estruturais da ordem do capital, que ao menos atenuem o processo auto-destrutivo em curso, apenas demonstra as insuperáveis dificuldades de revertê-lo sem uma reestruturação radical de todo o sistema de metabolismo social.

- b) A progressiva substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, potencialmente capaz de gerar as condições para a progressiva emancipação do gênero humano, dentro dos parâmetros estruturais da ordem do capital, serve apenas para disseminar o desemprego estrutural de massas e a conseqüente escalada da precarização das condições de vida e de trabalho da imensa maioria da população mundial, agravada ainda pelos efeitos destrutivos da mundialização dos processos produtivos e dos fluxos de capital sobre o conjunto da força de trabalho em todo o mundo. A rigor, as forças produtivas do trabalho social se desenvolveram a tal ponto que já não podem mais permanecer sob os marcos da ordem do capital sem que isso deixe de gerar o crescimento de toda uma superpopulação relativa – em muito excedente em relação às ne-

cessidades da reprodução ampliada do capital, o que vem permitindo uma ampliação significativa das margens de exploração e de todo o despotismo do capital, num quadro em que o excedente de capitais que já não pode ser investido produtivamente busca as mais diversas formas de valorização fictícia no mercado financeiro.

O que se manifesta em todo esse processo, de forma potencialmente explosiva, é o aprofundamento constante da contradição estrutural entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e de propriedade características do sistema de metabolismo social do capital. Sua dinâmica destrutiva atinge violentamente o conjunto dos que vivem ou precisam viver da alienação de sua força de trabalho, num quadro em que as grandes maiorias vulneráveis da população mundial passam a compor um gigantesco exército industrial de reserva³ para o processo de extração de mais-valia e de valorização do capital, uma super-população relativa (flutuante, latente ou estagnada)⁴ que a essa altura já chega a abarcar mais da metade da humanidade, que tem de sobreviver com até dois dólares ao dia. Elas são o resultado de um longo processo histórico, em que, depois de ter engendrado o proletariado como classe ao tê-lo expropriado violentamente dos meios de vida e de produção para submetê-lo ao regime de exploração do assalariamento⁵, o desenvolvimento das forças produtivas sob o modo de produção capitalista exige agora que uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora seja expropriada até mesmo do ‘direito’ de alienar sua força de trabalho ao capitalista em troca do salário que assegure sua subsistência.

Num quadro marcado por determinações estruturais que impõem a escalada do desemprego de massas, a queda da massa salarial, a precarização das relações de trabalho e a retirada de direitos

³ MARX, Karl. “Produção progressiva da superpopulação relativa e do exército industrial de reserva”. In *O capital*, Livro I, Volume 2, pp. 732/744.

⁴ IDEM. “Formas de existência da superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista”. *Ibid.* Livro I, Volume 2, pp. 744-752.

⁵ IDEM. “A chamada acumulação primitiva”. *Ibid.* Livro I. Volume 2. XXIV, pp 825/892.

sociais e trabalhistas duramente conquistados em todo o mundo, é rigorosamente impossível vislumbrar a mínima possibilidade de qualquer progresso social duradouro e significativo para os que precisam viver do próprio trabalho nos marcos cada vez mais regressivos da ordem despótica do capital. Para todos os efeitos, o crescimento constante da super-população relativa é o testemunho vivo de que entramos em uma fase terminal do desenvolvimento histórico do sistema de metabolismo social do capital, em que os imperativos de sua reprodução ampliada passam a configurar uma ordem social estruturalmente incapaz de absorver o conjunto da população mundial, impondo que contingentes cada vez maiores sejam privados do acesso ao trabalho, aos meios de vida e de produção e aos direitos humanos mais elementares em nome dos imperativos da reprodução ampliada do capital em escala mundial.

A necessidade de uma avaliação crítica do passado e do presente como condição necessária para enfrentar os desafios políticos e ideológicos do futuro orienta toda a obra de Mészáros. Dessa avaliação emerge outro conjunto central de teses, que Mészáros constrói partindo da análise dialética das condições históricas e dos limites estruturais inerentes às tentativas historicamente fracassadas de regular, corrigir ou superar o sistema de metabolismo social do capital para chegar, no presente, à definição política, ideológica e estratégica do quadro abrangente de referências que deve orientar o pensamento e a *práxis* dos que buscam construir uma sociedade para além do capital⁶.

Para Mészáros, a impossibilidade historicamente objetiva de submeter o metabolismo social do capital a qualquer grau de controle de suas operações em escala mundial que permita reverter o processo auto-destrutivo em curso demonstra exemplarmente a necessidade de uma reestruturação radical de todo o metabolismo social, num quadro em que a ruptura com a insustentabilidade e a incontrollabilidade estruturalmente determinadas do sistema do capital só pode ser, por sua própria natureza, uma ruptura univer-

⁶ MÉSZÁROS, István, *O poder da ideologia*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2004. Parte III. “*Ideologia e emancipação*”. Pp. 327/546.

sal, que envolva em sua abrangência os próprios pressupostos do sócio-metabolismo do capital. Todavia, diante de um sistema de metabolismo social que se estrutura em escala mundial e abrange todos os aspectos da produção e da reprodução social, é necessário admitir com Mészáros que “a parcialidade afetou todos os aspectos do movimento socialista, inclusive a sua dimensão política”⁷, impedindo que o trabalho pudesse até aqui realizar sua potencialidade e se constituir plenamente como sujeito histórico mundial antagônico ao capital. Não se trata aqui de uma questão ideológica, que possa ser resolvida com insistentes apelos ideológicos à unidade e à solidariedade da classe em escala mundial, mas de um conjunto de determinações objetivas, condicionadas antes de tudo pela própria divisão hierárquica do trabalho característica do sistema de metabolismo social do capital, que não puderam até aqui ser superadas pelo movimento socialista.

O sindicalismo inicial – do qual surgiram mais tarde os partidos políticos – refletiu desde o início essa parcialidade imposta pela divisão hierárquica do trabalho, articulando defensivamente as reivindicações de setores da classe na condição de interlocutor do capital, sem deixar de ser objetivamente o seu antagonista estrutural:

“Desta nova posição defensiva, foi possível ao movimento operário, em condições favoráveis, obter algumas vantagens para certos setores do movimento. Isso se tornava possível desde que os elementos correspondentes do capital pudessem se ajustar, em escala nacional – de acordo com a dinâmica do potencial de expansão e acumulação de capital – às demandas propostas pelo movimento operário defensivamente articulado. Um movimento que operava no âmbito das premissas estruturais do sistema do capital, como um interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado. O desenvolvimento do ‘Estado de bem-estar’ foi a manifestação mais recente dessa lógica, possível apenas num número muito reduzido de países. Foi limitado, tanto no que se refere às condições favoráveis de expansão

⁷ IDEM. *Para além do capital*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2002, p. 22.

tranqüila do capital nos países onde tal ocorreu como precondição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo, marcada no final pela pressão da direita radical, ao longo das três últimas décadas, pela liquidação completa do Estado de bem-estar, em virtude da crise estrutural do sistema do capital⁸".

A lógica da parcialidade apenas aprofundou-se com a separação de funções entre partidos políticos trabalhistas (braço político do movimento operário, limitado à ação parlamentar dentro do espaço restrito do Estado Nacional) e sindicatos (braço econômico do movimento), levando à inevitável absorção do movimento pelos condicionamentos da ordem institucional e das premissas estruturais do sistema do capital. Essa restrição auto-limitadora da atividade histórica da classe trabalhadora consolidou-se historicamente nos países dominantes do sistema do capital, pela capacidade de ampliar direitos e conquistas por meio da ação dos sindicatos e partidos dentro das premissas da ordem, num quadro em que os avanços obtidos nestes países dependiam da capacidade correspondente de expansão e acumulação de capital, que nas condições favoráveis do processo de expansão imperialista permitiu à burguesia fazer concessões aos trabalhadores a fim de manter a luta de classes nos limites da ordem burguesa. O esmagamento da Comuna de Paris (1871) e o isolamento da Revolução Russa (1917) depois do fracasso das insurreições na Europa entre 1919 e 1923 também contribuíram decisivamente para a consolidação da hegemonia da 'linha de menor resistência' no movimento operário. Neste quadro, "enquanto a postura defensiva do 'interlocutor racional do capital' continuasse a obter vantagens relativas para a classe trabalhadora, a autoproclamada legitimidade da estrutura regulatória do capital não seria desafiada⁹". Ao fim e ao cabo, o alto preço pago pela adoção de uma estratégia política restrita aos limites materiais e institucionais da ordem do capital foi o apoio do proletariado destes países às aven-

⁸ IDEM, *Ibid.* P. 23.

⁹ IDEM, *Ibid.* P 24.

turas imperialistas do capital e suas guerras mundiais, com a completa destruição da necessária solidariedade internacional da classe trabalhadora e o efetivo abandono do socialismo como sua finalidade estratégica.

No ‘elo mais fraco da corrente’ (a URSS) e nos países em que a luta contra o imperialismo ocupava o primeiro plano, as contradições do sistema do capital não puderam ser deslocadas como nos países imperialistas e muitas revoluções expropriaram a burguesia sem terem conseguido superar as premissas estruturais do sistema de metabolismo social do capital. Para Mészáros, “*o grande erro das sociedades pós-capitalistas foi o fato de elas terem tentado compensar a determinação estrutural do sistema que herdaram pela imposição aos elementos adversários da estrutura de comando extremamente centralizada de um Estado político autoritário*”.¹⁰ A rigor, Mészáros reconhece que essas sociedades não tinham outra alternativa, em função de determinações estruturais e históricas que se mostraram insuperáveis: emergentes de guerras revolucionárias, com suas débeis forças produtivas devastadas e a herança viva de todas as determinações estruturais do sistema de metabolismo social do capital, tiveram de fortalecer a estrutura de comando do Estado centralizado para expropriar a burguesia, quebrar as resistências internas e externas e, numa economia de guerra permanente, substituir a ‘mão invisível’ do mercado capitalista pela ação centralizada do Estado burocrático, na perspectiva de um processo acelerado de acumulação de capital que permitisse o desenvolvimento de suas forças produtivas – o que era então essencial para assegurar defensivamente a viabilidade histórica das sociedades pós-capitalistas em países que, em sua grande maioria, sequer haviam iniciado o processo de industrialização. Todo esse processo, determinado desde o início por limites e defeitos estruturais insuperáveis, foi elevado pela URSS stalinista à condição de modelo da sociedade socialista em todo o mundo, com conseqüências profundas sobre a luta de classes e sobre todas as sociedades pós-capitalistas que se achavam sob a órbi-

¹⁰ IDEM, *Ibid.* P. 29.

ta do poder soviético. Os limites e condicionamentos históricos que determinaram a concentração de todo o poder nas mãos da burocracia estatal inviabilizaram desde o início que os produtores livremente associados pudessem assumir o comando auto-gestivo dos processos produtivos, reprodutivos e decisórios, num quadro em que o Estado pretendia dirigir diretamente todos os processos produtivos e reprodutivos da sociedade, o que terminou por gerar impasses políticos e econômicos insuperáveis, que acabaram levando à derrocada das sociedades pós-capitalistas e à restauração do capitalismo. A rigor, o que Mészáros considera o tripé estruturante do sistema de metabolismo do capital (capital, Estado e trabalho alienado) permaneceu intacto com a continuidade da divisão social hierárquica do trabalho e de todas as suas determinações estruturalmente alienantes nas sociedades pós-capitalistas, num quadro em que apenas a expropriação da burguesia não foi capaz de romper com as determinações estruturais do sistema de metabolismo social do capital num mundo em que o processo histórico de mundialização do capital ainda avançava a pleno vapor¹¹.

Desenha-se assim em nossa época um quadro em que a crise estrutural do capital e seus impactos devastadores sobre a classe trabalhadora desencadeiam a crise do movimento socialista e de seus modelos clássicos, abrindo espaço para a ofensiva do capital pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução e alimentando a virulência de sua ofensiva ideológica, analisada em *O poder da ideologia*. Em meio a sua crise mais profunda, a parcialidade e o caráter defensivo da ação da classe organizada foram aprofundados nas últimas décadas, levando o movimento a um forte recuo, que na prática o coloca num beco sem saída. Para todos os efeitos, o controle que o capital exerce sobre a produção e a reprodução social em escala mundial se estende muito além da esfera política, o que continuará a condenar ao fracasso qualquer tentativa de regulação ou de superação de sua ordem que se restrinja à esfera

¹¹ Para a análise das sociedades pós-capitalistas e dos impasses estruturais que levaram a sua derrocada, ver MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Parte III. “*Ideologia e autonomia*”, pp. 459-546, e IDEM. *Para além do capital*. Parte III. “*A crise estrutural do sistema do capital*”, pp. 605-980.

institucional do Estado e internalize as premissas estruturais da ordem do capital como horizontes de sua ação possível. A pretensão de regular, conciliar e estabilizar as relações entre capital e trabalho sem colocar em xeque suas determinações estruturais, promovendo progresso social duradouro para o trabalho, que já havia se revelado extremamente limitada e problemática em sua época, tornou-se hoje impraticável face à ativação dos limites estruturais absolutos do sistema do capital e aos impactos devastadores que ela exerce sobre a natureza e o conjunto da força de trabalho. Na mesma medida, *“as condições do ‘capitalismo avançado’ (...) não podem ser generalizadas para o resto do mundo, porque são a corporificação tangível de uma relação unilateral, já bem antiga, de dominação e subordinação estrutural¹²”*. Nestes marcos, as justificativas para a clássica dissociação entre o imediato (a premissa tática ‘realista’ de que os avanços perseguidos têm de ser viáveis para o capital) e o longo prazo (o objetivo estratégico de uma alternativa hegemônica do trabalho) se esvaziaram completamente, num quadro em que a profundidade da crise impõe a necessidade de uma redefinição drástica dos rumos do movimento socialista, exigindo um rompimento radical com as teses da social-democracia e suas estratégias defensivas, confinadas a institucionalidade, à parcialidade e setorialidade do movimento, à separação entre ação política e ação econômica, ao espaço restrito do Estado Nacional e a todos os pressupostos gerais da ordem sócio-metabólica do capital.

Para Mészáros, *“em termos estratégicos – visto o fim da longa ascensão do capital e sua substituição pela absoluta preocupação do sistema com sua própria sobrevivência a qualquer custo, até sob a imposição do curso de ação mais destrutivo sob a forma de guerras ‘preventivas’ e ‘preemptivas’ – o que apareceu na agenda histórica é a urgente necessidade de instituir a **alternativa hegemônica** do trabalho à ordem social estabelecida¹³”*, apesar das condições desfavoráveis para sua realização no curto prazo. Ela exige a articulação das lutas e o reagrupamento das forças dispersas para a reorganização do movimento em

¹² MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*, p. 36.

¹³ IDEM, *ibid.*, p. 38.

torno da reconstituição das bases materiais e ideológicas da solidariedade internacional da classe trabalhadora e de sua subjetividade histórica, visando à criação de mediações históricas em que os objetivos táticos imediatos se subordinem aos objetivos estratégicos do processo de auto-emancipação da humanidade e à construção de uma sociabilidade humana auto-determinada. Como afirma Mészáros nas últimas palavras de *O poder da ideologia*,

“(...) em meio à desmobilizante cobertura ideológica criada pelos interesses dominantes entre os membros das classes subordinadas, com a participação ativa de muitos dos seus líderes e teóricos, será impossível tornar reais as potencialidades socialistas de que está carregado nosso tempo histórico sem ativar o poder da ideologia emancipadora. Sem esta, as classes trabalhadoras dos países capitalistas avançados não serão capazes de se tornar conscientes de seus interesses, muito menos de lutar por eles, em solidariedade e espírito de efetiva cooperação com as classes trabalhadoras das outras partes do mundo real, até uma conclusão positiva”¹⁴

¹⁴ IDEM, *ibid.*, p. 546.